

Dívida externa: Brasil manterá moratória.

JORNAL DA TARDE
27/04/1990

O governo Collor já sabe como negociará com os credores. Nem mesmo pagamento simbólico será feito.

Antes de conseguir um acordo geral de reestruturação da dívida externa, o Brasil não pretende fazer qualquer pagamento aos bancos credores, nem mesmo simbólico. O acordo deve começar a ser negociado provavelmente no segundo semestre. Outra decisão: a moratória não declarada, que vem desde julho de 89 e que já provocou atrasos de pagamentos acima de US\$ 5 bilhões, vai continuar.

Nas reuniões coordenadas pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para definir a estratégia de negociação da dívida, chegou-se à conclusão de que a normalização dos pagamentos aos bancos internacionais só faz sentido no contexto de um acordo geral da dívida. Não será, portanto, a recuperação das reservas cambiais, que já alcançam quase US\$ 10 bilhões, que levará o governo Collor a retomar esses pagamentos.

Apesar dessa posição, a palavra confronto jamais é empregada pela equipe econômica. O que se quer, de acordo com importante membro da equipe econômica, é

provocar um redirecionamento de 180 graus no processo de negociação da dívida externa brasileira. "Fizemos, no plano interno, uma reforma sem precedentes e, no plano externo, não podemos nos contentar com as soluções até agora adotadas", diz a mesma fonte.

Na primeira semana de maio, a ministra Zélia Cardoso de Mello estará em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional. Está preparada para expor à exaustão os princípios e desdobramentos do Plano Collor. Sobre dívida externa, deseja mais ouvir do que falar durante as conversas com Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, e com outras autoridades.

Zélia define cronograma

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, já definiu o cronograma de negociação da dívida externa.

O Brasil buscará primeiro o fechamento de um acordo preliminar com o FMI para depois negociar com os bancos privados e o Clube de Paris.

Descentralização

A reviravolta que o governo quer provocar no processo de renegociação da dívida externa brasileira inclui uma revisão radical do papel do comitê de bancos, formado por representantes dos 14 maiores credores do País. Esse comitê centralizou, até agora, todas as negociações entre o governo brasileiro e os bancos privados. A idéia do governo, já lançada em suas linhas gerais desde a campanha presidencial, é promover uma negociação descentralizada, procurando colocar frente a frente o banco credor com o devedor final no Brasil.

Para que um acordo acertado com o comitê tenha validade é necessário que ele seja subscrito por

mais de 95% dos bancos credores, que engloba um universo de mais de 500 bancos. Essa centralização tem causado muitas dificuldades no processo de negociação. Significa que um acordo só é possível quando os seus termos satisfaçam a média de interesses de todos os bancos. Não é possível, por exemplo, aproveitar-se de posições diferentes que existem entre os credores, seja pelo porte do banco — o interesse do Citibank, por exemplo, dificilmente coincide com o de um pequeno banco do interior dos Estados Unidos — ou pelo seu país de origem.

A conversão da dívida em investimentos, um mecanismo suspenso pelo governo passado por causa dos efeitos inflacionários que vinham provocando, deverá ser incluída entre as alternativas que os banqueiros terão ao seu dispor para acertar a reestruturação de seus créditos para com o Brasil. O programa de privatização também deverá constar do variado cardápio que o governo prepara para ser discutido em determinado momento das negociações.

João Borges/AE